

Paper do NAEA
Volume 1, Número 3, Edição/Série 503

Patrimônio cultural no interior do Amazonas: um estudo de caso na paisagem urbana de Tefé

Verônica Lima Fernando¹
Marília De Jesus da Silva e Sousa²



RESUMO

Este artigo visa discutir acerca da relação entre o patrimônio e a cidade na contemporaneidade levando em consideração os diversos interesses sobre uso dos espaços e das formas presentes no mesmo. Para tanto, apresentamos o caso da cidade de Tefé, localizada no interior do estado do Amazonas, médio rio Solimões, onde as alterações no espaço urbano, decorrentes do processo de modernização, em conjunto com a falta de atenção aos objetos culturais, tem tido reflexo direto sobre a preservação, olhares e ações sobre o patrimônio cultural. Através de pesquisa de campo, coletamos narrativas de moradores acerca da questão da patrimonial em Tefé, mapeando o que é considerado patrimônio cultural, o lugar que este ocupa na memória e identidade cultural dos habitantes e as ações e relações para com o mesmo. Tal levantamento possibilitou, além do objetivo inicial, perceber que o espaço urbano de Tefé tem se tornado palco de conflitos sociais, envolvendo interesses diversos, que tem alterado o cenário urbano e conseqüentemente o patrimônio material nele situado e limitado o mesmo à perspectivas de exploração econômica que não abordam o potencial educativo dos bens culturais.

Palavras-chave: Cidade. Patrimônio material. Tefé.

1 Graduada em História e mestranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas (PPGICH-UEA).

2 Doutora em Antropologia Social (PPGAS/UFAM), Professora Permanente do Programa de Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas (PPGICH-UEA). Pesquisadora Associada do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM/OS). Membro do Grupo de Pesquisa Territorialidades e Governança Socioambiental na Amazônia do Instituto Mamirauá. Email: mariliasousa2006@gmail.com.

ABSTRACT

This article aims to discuss the relationship between heritage and the city in contemporary times taking into account the diverse interests in the use of spaces and the forms present in it. To this end, we present the case of the city of Tefé, located in the interior of the state of Amazonas, middle of the Solimões River, where the changes in the urban space, resulting from the modernization process, together with the lack of attention to cultural objects, has had a reflection on preservation, views and actions on cultural heritage. Through field research, we collect narratives from residents about the issue of heritage in Tefé, mapping what is considered cultural heritage, the place it occupies in the memory and cultural identity of the inhabitants and the actions and relationships with it. Such a survey made it possible, in addition to the initial objective, to realize that the urban space of Tefé has become the scene of social conflicts, involving diverse interests, which has altered the urban scenario and consequently the material heritage located there and limited it to the prospects of economic exploitation that do not address the educational potential of cultural assets.

Keywords: City. Material heritage. Tefé.

INTRODUÇÃO

A relação entre a questão patrimonial e o urbano vem se tornando cada vez mais alvo de reflexões que tem levado em consideração principalmente as percepções dos sujeitos sobre os objetos que são referências para sua memória e identidade (SILVEIRA e BEZERRA, 2007). Essa noção implica que o patrimônio cultural deve ser identificado a partir da sua apropriação pela sociedade, à medida que lhe é atribuído significâncias no presente.

Segundo Bertagnolli (2015), é o conjunto de saberes e fazeres que forma o patrimônio cultural de um povo, pois remete à identidade do mesmo já que diz respeito aos seus costumes e tradições que são passados de geração em geração. Sendo assim, o patrimônio cultural se expressa de diversas formas, através de documentos, conhecimentos tradicionais, paisagens naturais ou culturais, monumentos, objetos, sítios históricos e arqueológicos; bens materiais e manifestações imateriais produzidos por nossos antepassados e que resultam em experiências e memórias individuais ou partilhadas coletivamente (ROCHA, 2013), e que permitem uma ligação entre o sujeito e o passado através do resgate da memória.

O patrimônio cultural é classificado por Funari e Pelegrini (2009) segundo duas categorias: material e imaterial. Os bens de natureza material, ou tangível, podem ser móveis ou imóveis e são aqueles como casas antigas, monumentos, construções, centros históricos, vestígios arqueológicos e documentos; podendo ainda ser classificado segundo sua natureza: paisagístico, etnográfico, histórico, arqueológico e belas artes. Já o patrimônio imaterial, ou intangível, é representado pelas celebrações, expressões, conhecimentos, práticas culturais coletivas, ofícios e modos de fazer que são passados de geração em geração e que possuem importância para a memória e identidade cultural dos grupos sociais (FUNARI e PELEGRINI, 2009).

Ainda é difícil estabelecer uma definição homogênea ao patrimônio, uma vez que essa definição incorpora múltiplos significados, que podem variar de acordo com as identidades de caráter pessoal ou social. Assim, identificar o patrimônio a partir dos referenciais das próprias comunidades tem sido uma proposta de pesquisa e ação que vem revolucionando a pesquisa no campo do patrimônio cultural e inserindo as pessoas no processo de investigação. Dentro do contexto urbano, essa perspectiva de ação se torna ainda mais necessária, dado as diversas dinâmicas existentes no espaço da cidade e que influenciam as ações sobre o patrimônio cultural. Nesse sentido, os estudos sobre a cidade, a partir da perspectiva patrimonial e em diálogo com os moradores, leva a um entendimento mais completo acerca das relações estabelecidas nos espaços urbanos com os patrimônios culturais.

De acordo com Correa (1989), a cidade é o lugar onde está concentrada a maior parte da população e o local que recebe maiores investimentos financeiros, seja para as atividades nela desenvolvidas ou para o próprio espaço urbano. É nela também que está concentrada a maior oferta de serviços variados e que comporta os mais diversos fluxos e atividades humanas. Por essas características, a cidade é também o principal palco de conflitos que podem ser de ordem social, ideológica, econômica, política ou cultural.

Nesta perspectiva, consideramos que o espaço da cidade comporta uma dinâmica que envolve interesses de diversas ordens, tais como: econômicos, de moradia, de lazer, de estrutura, de saneamento, incluindo aspectos ambientais e a própria organização espacial, entre outros aspectos, que produzem alterações constantes na paisagem urbana. Souza e Bastos (2011) afirmam que as demandas sociais que surgem no espaço das cidades, como inclusão, segurança e desenvolvimento econômico carecem de políticas alternativas que

modificam a paisagem urbana. Nesse jogo de interesses por uso do espaço, as antigas edificações, que são espaços de memória, estão sujeitas às dinâmicas existentes na cidade e podem continuar existindo na paisagem, ser resignificadas, ou inclusive destruídas.

No contexto da América Latina, os debates sobre o desenvolvimento sustentável das cidades têm buscado a valorização do patrimônio cultural e a reabilitação dos centros históricos, dado que estes centros são a representação da diversidade de que é composta a própria cidade. Seguindo essa premissa, a reabilitação dos centros históricos tem figurado uma forma de fortalecer a identidade coletiva de grupos sociais e preservar os bens culturais a eles pertencentes. Além do fortalecimento de identidades, a preservação e revitalização de patrimônios localizados em centros urbanos tem se apresentado como um elemento potencial para o desenvolvimento econômico e social, cujo maior exemplo está na utilização dos bens patrimoniais pelo setor turístico (Op. Cit.).

Funari e Pelegrini (2009) apontam que as políticas de proteção do patrimônio são recentes, especialmente na América Latina, onde surgem a partir do reconhecimento, pela Unesco, de alguns bens culturais como patrimônio da humanidade. Este configurou o primeiro passo para que se desenvolvessem políticas de proteção e recuperação de patrimônios e centros históricos na América Latina, porém tais políticas só adquirem maior força a partir das discussões levantadas pelo desenvolvimento do urbanismo moderno que passou a pensar, de forma interdisciplinar, a cidade e o urbano. Nesse contexto, passou-se a refletir sobre o aumento da densidade populacional e o crescimento industrial entre os séculos XIX e XX, que legitimaram reformas urbanas e conseqüentemente demolições de áreas históricas para atender as demandas surgidas da industrialização e da demografia.

O crescimento desenfreado das cidades e a destruição de áreas históricas levantaram diversas questões, entre elas o desenvolvimento de alternativas para o crescimento das cidades que mais tarde embasariam novas teorias urbanistas e as teorias modernas de restauro. A destruição dos monumentos, seja pelas guerras, seja em favor do crescimento industrial, chamou atenção também para a conscientização acerca dos valores identitários presentes nas estruturas antigas, enquanto lugares que carregam significados e que são repletos de vivências, experiências sociais e vestígios da cultura material de sociedades do passado (FUNARI e PELEGRINI, 2009).

No interior do estado do Amazonas, os estudos sobre cidade e patrimônio tem ganhado força e se tornado cada vez mais necessários, pois muitas construções históricas tem sido alvo de negligências por parte do poder público, acarretando em sua desvalorização, deterioração e até completa destruição. A utilização dos objetos com vistas a atender demandas econômicas, tem transformado as construções em meros artigos de contemplação, sem levar em consideração os significados dos objetos para a população local. O turismo cultural, em direção ao interior do estado, tem começado aos poucos a se desenvolver, porém em sua maioria de forma desconectada de ações de educação patrimonial e visando apenas a exploração econômica (CORREA, et al, 2016; FERNADO, 2018).

O turismo é um fenômeno recente cuja origem está relacionada ao que hoje é chamado de agenciamento de viagem (FIGUEIREDO e PEREIRA, 2007). Dado esse caráter inicial, ainda hoje é possível encontrar perspectivas de turismo voltadas apenas para organização de viagens, desconectadas das especificidades locais e praticadas de forma em que os bens culturais se tornam apenas objetos de contemplação, sem que seu potencial educativo e formador seja abarcado. Assim, o viés educativo do patrimônio acaba sendo preterido em prol do sentido econômico no qual a atividade turística acaba muitas vezes se pautando.

Nesse sentido, o desenvolvimento de um turismo cultural, com um viés também educativo, se apresenta como um caminho para a valorização não só do bem físico, mas dos significados que ele possui para os sujeitos que representa. Nessa perspectiva, o turismo cultural pautado no sentido educativo se apresenta como mediador no processo de socialização dos bens patrimoniais e também apropriação dos mesmos por aqueles que se identificam com as memórias representadas nos objetos culturais que são os atrativos turísticos da cidade (MELO e CARDOZO, 2015). Contudo, esse é um caminho que, embora seja necessário, não se apresenta na realidade de algumas regiões do interior do Amazonas.

A cidade de Tefé, localizada no interior do estado do Amazonas, na região do médio rio Solimões, configura um caso interessante de ser estudado. O espaço urbano de Tefé abriga elementos da cultura material que se expressam em construções antigas com valor histórico e social. No centro da cidade, por exemplo, é possível encontrar várias edificações que, embora não tenham sido tombadas em nenhuma instância, são expressões do patrimônio cultural do município, possibilitando aos moradores um meio de conhecimento sobre seu passado histórico. Contudo, essas construções têm recebido poucas ações de valorização patrimonial e tem se tornado objeto de uma perspectiva de turismo visando somente a exploração econômica e desconectada de um viés social e educativo, isto é, não leva em consideração as relações estabelecidas entre pessoas e objetos e nem os impactos sociais e culturais do turismo na cidade.

Em decorrência dessa configuração, e pelo fato da interação dos moradores para com os bens culturais não ser profundamente visível, supunha-se que não havia o reconhecimento das estruturas antigas, e demais vestígios da cultura material, como parte da memória e identidade de moradores de Tefé e que estes não se apropriavam desses vestígios como parte de sua história (FERNANDO, 2018).

A invisibilidade de ações do poder público para a valorização dos bens culturais e desenvolvimento de um turismo cultural sustentável, fortalecia a hipótese de que não havia um interesse pela questão patrimonial na cidade. A pesquisa desenvolvida tornou possível refutar tal problemática e possibilitou entrever outras questões não antes pensadas e que ganham lugar na questão patrimonial de Tefé, entre elas o processo de modernização e os interesses e conflitos pertinentes ao uso dos espaços e da cultura material.

Nesse sentido, e levando em consideração que a questão patrimonial em Tefé/AM tem sido pouco trabalhada cientificamente, torna-se importante compreender a relação entre o patrimônio material e a cidade, mapeando as diferentes narrativas propagadas sobre o mesmo e o conjunto de interesses sociais que envolvem a modernização do espaço urbano e a utilização e preservação dos bens culturais no município.

Dessa forma, o objetivo deste estudo consistiu em identificar o que a população de Tefé considera como patrimônio cultural material, os significados que estes possuem para os sujeitos através de suas narrativas sobre os bens culturais, além de compreender a questão patrimonial a partir da reflexão sobre a cidade, levando em conta os possíveis interesses por uso dos espaços e dos patrimônios culturais. Tal estudo possibilitou entender o atual contexto patrimonial na cidade levando em consideração o processo de modernização, políticas públicas para a cidade e o patrimônio, práticas de turismo cultural e os diversos interesses sociais e conflitos envolvidos na questão patrimonial.

METODOLOGIA

Para compreensão da questão apresentada, buscou-se, através de pesquisa de campo, coletar dados que permitissem compreender o olhar dos moradores acerca da questão da patrimonial em Tefé, mapeando o que é considerado patrimônio cultural, o lugar que este ocupa na memória e identidade cultural das pessoas e outros pontos pertinentes ao atual contexto patrimonial em Tefé. A coleta de dados foi realizada através de entrevistas semi-estruturadas com moradores da cidade, seguindo um roteiro de entrevista com questões predefinidas para nortear a conversa, mas que possibilitassem o levantamento de outras questões conforme surgisse o interesse no decorrer da entrevista.

As reflexões aqui apresentadas resultam da análise de entrevistas realizadas com 18 moradores, com idade entre 19 a 80 anos e também observação in loco para tratar da questão da modernização do espaço da cidade e preservação patrimonial. As entrevistas realizadas, para além de permitir identificar as narrativas sobre o patrimônio, também possibilitaram entrever como moradores enxergam a atuação do poder público em relação aos objetos que são considerados pelos mesmos como patrimônio cultural da cidade.

A reflexão sobre o patrimônio, a partir das narrativas dos agentes sociais que se identificam e utilizam dos objetos culturais, em conjunto com a análise da cidade, permite compreender questões que envolvem interesses sobre uso dos patrimônios nos contextos urbanos, tornando possível pensar estratégias para contornar os conflitos existentes quando se trata da questão cultural.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A cidade de Tefé teve sua fundação em 1759, sendo em seus primórdios habitada por povos indígenas, predominantemente Tupebas. Tefé surge a partir de um processo que ocorreu em boa parte da Amazônia, isto é, as aglomerações coloniais surgidas a partir do século XVII com fins militares e religiosos. Muitas dessas aglomerações posteriormente se tornaram vilas e depois foram elevadas a categoria de cidade, já no decurso do século XIX (SANTOS, 2016).

Pensava-se a Amazônia como parte integrante do processo colonizador, tendo como principal objetivo a catequização dos indígenas e exploração econômica da região. Nesse sentido, a atuação dos missionários teve papel fundamental na catequização de índios e na transformação de padrões de vida locais, influenciando no comércio e conseqüentemente se favorecendo do mesmo; os Jesuítas, por exemplo, enriqueceram com as atividades econômicas desenvolvidas (QUEIROZ, 2015).

Posteriormente denominada de Vila de Ega, a região hoje conhecida como cidade de Tefé, era a aldeia missionária de Santa Tereza de Jesus. O antigo aldeamento reunia indígenas das regiões próximas ao Lago Tefé e foi elevado à categoria de Vila, mantendo relações diretas com o Grão-Pará, a partir da criação da Capitania de São José do Rio Negro, tendo seu ato de elevação assinado pelo então governador da Capitania, Joaquim de Mello e Póvoas, sendo a nova categoria de fato implantada em 1759.

De acordo com Santos (2016)

[...] a criação da Vila estava inscrita no rol da geopolítica e visava a conquista ampliada do território, a expansão do sistema capitalista colonial e foi sendo

construída sobre um único modelo, o de povoamento, marcado pela exploração econômica das drogas do sertão e pela expansão do cristianismo. A vila foi locus desse processo [...] (SANTOS, 2016, p. 13).

Assim, a Vila de Ega se configurava como uma posição estratégica, tanto do ponto de vista econômico, como no contexto de sua localização para fins militares, além de possibilitar a melhor expansão do cristianismo para outras regiões do rio Solimões. Dessa forma, a implantação da Vila de Ega contou com uma ação direta da Igreja Católica juntamente com o Estado visando atender as demandas do projeto colonizador, isto é, converter os índios ao cristianismo, ocupar o território e explorar os recursos, não só naturais, mas também humanos (QUEIROZ, 2014; SANTOS, 2016).

A elevação da aldeia à condição de vila possibilitou a instalação de uma Câmara Municipal, bem como de um destacamento militar e uma escola, ainda que seu funcionamento ocorresse de forma limitada (QUEIROZ, 2014). Antes de sua elevação, a então Vila de Ega possuía muitos habitantes mestiços, frutos da política implantada em 1757 pelo Diretório dos Índios, que promovia e determinava o casamento entre índios e brancos (QUEIROZ, 2014; SANTOS, 2016). Tal fato aponta para a composição atual da população da região, descendentes desses arranjos feitos no passado entre índios e brancos e carregando traços da cultura de ambos os grupos, que se expressam nos modos de vida local e nos objetos e manifestações culturais.

A elevação à categoria de Vila trouxe também a atribuição de Paróquia de Santa Tereza de Jesus (SANTOS, 2016). Dessa forma, foram enviados seminaristas para a região a fim de exercer a atividade missionária, consolidando novamente a atuação da Igreja Católica como sendo uma instituição fundamental no processo de produção do espaço e conversão das almas ao longo do rio Solimões.

Dado o caráter estratégico da sua localização, a Vila de Ega tornou-se um ponto central no contexto geopolítico da região do rio Solimões. “Apesar da pouca infraestrutura, Ega tornava-se um núcleo institucionalizado, concentrava a instalação de um aparelho jurídico, político, militar e religioso que se traduzia num tripé – poder, força e importância [...]” (SANTOS, 2016, p. 60). Nesse sentido, a Vila de Ega assumiu uma importância distintiva em relação às demais vilas e aglomerações, adquirindo responsabilidade territorial e sendo ponto de passagem de missionários, pesquisadores, e funcionários do Estado, movimentando e dinamizando certo comércio local (QUEIROZ, 2014).

Com a movimentação do comércio local e a maior circulação de pessoas vindas de diferentes lugares, a cultura local foi incrementada e as relações entre moradores locais e os visitantes resultaram em misturas étnicas e acréscimos culturais que hoje se refletem na composição da população de Tefé, de sua cultura e modo de vida.

Enquanto Vila de Ega, seu espaço territorial foi administrado por portugueses e espanhóis, tendo estes últimos um importante papel no desenvolvimento espacial e crescimento econômico da Vila. De acordo com Santos (2016) foi a morfologia da vila, que tornou possível que esta fosse elevada à categoria de cidade em 1759. Segundo os relatos de Spix e Martius (2019)

A Vila de Ega, chamada de Tefé pelos índios, está situada na margem oriental desse alargamento em forma de lago do rio Tefé, justamente no ponto em que apresenta sua maior largura [...]. As casas da vila de Tefé, numa rua ao longo da margem, são todas de um pavimento só e construídas de taipa, com venezianas de madeira às janelas em vez de vidraças, e cobertas de folhas de palmeira. Só pelo tamanho e pelas fechaduras das portas é que se diferenciam das choças que

tínhamos visto em muitas aldeias de índios. Elas formam uma rua irregular, ao longo da margem do lago, algumas viradas de lá pra dentro e formando praças livres em volta da igreja e da casa do comandante militar, a única que tinha uma varanda como as casas de campo do Pará (SPIX e MARTIUS (2019, p. 700).

Assim, a vila cresceu em torno da faixa do lago com casas construídas de forma desalinhas na extremidade da rua, dado a irregularidade do terreno. Essa ocupação pode ser comprovada, além dos relatos deixados por viajantes, pelos vestígios materiais que ainda podem ser encontrados no lugar, ainda que a área já tenha passado por intensas transformações naturais e humanas (FERNANDO, 2018).

A organização espacial da vila e a ocupação do espaço, durante a colonização, se deu de acordo com os modelos proporcionados pela arquitetura portuguesa colonial, marcada pela falta de planejamento (SANTOS, 2016). Nesse sentido, os portugueses reproduziram para a região amazônica o mesmo padrão de construção utilizado por eles em outras vilas brasileiras, sem levar em conta o contexto social, cultural e natural da região.

A falta de planejamento levou à precarização das moradias e construções, tendo estas uma aparência extremamente simples, inclusive a própria igreja local (SANTOS, 2016). Porém, a péssima estrutura não diminuiu a importância da igreja e do espaço que se configurou ao seu redor, pois eram locais de reunião, encontros e festividades compartilhados pelos moradores da vila e pelos viajantes que passavam pelo lugar.

Mesmo com a ausência de planejamento e precariedade das construções, na primeira metade do século XIX a Vila de Ega detinha grande importância em relação aos demais povoados desta região do Solimões. De acordo com Queiroz (2014)

Ega possuía uma infraestrutura aquém para o papel que realmente desempenhava em virtude de sua funcionalidade comercial, social e política à região. Era uma vila adaptada, pobre e ao mesmo tempo exercia uma liderança e um porto seguro como o lugar mais bem estruturado do Solimões [...] (QUEIROZ, 2014, p. 73).

A posição geográfica e as próprias características naturais possibilitaram à Vila de Ega estabelecer uma relação com os demais povoados do rio Solimões, que se encontravam em piores situações se comparados a Ega, e se estabelecer enquanto centralidade na região. Esta relação era principalmente no tocante aos aspectos de natureza comercial, visto que os produtos coletados no território de abrangência da Vila de Ega eram vendidos para aglomerados das proximidades e, além disso, em Ega atracavam comerciantes vindos de vários locais para vender seus produtos. Dessa forma, a relação de Ega com as demais vilas e povoações situadas nas adjacências, proporcionou sua importância como entreposto comercial e principal local de administração política e de justiça no Solimões.

A elevação à categoria de cidade trouxe mudanças nas formas de construção de moradias na antiga Ega. Se antes ainda podia-se encontrar casas de barro cobertas de palha, a partir da segunda metade do século XIX esse cenário começa a mudar, dando mais ênfase nas construções de tijolos e a incorporação de telhas nas coberturas das casas (SANTOS, 2016). Tal mudança foi possibilitada pela implantação de uma olaria em 1775, que permitiu o aumento da produção de tijolos, tornando possível a modernização das moradias. Contudo, essa mudança não atingiu todos os moradores, e acabou por se tornar um marco de separação da condição social dos mesmos. Isto é, os brancos passaram a construir suas casas de tijolos ou alvenaria, enquanto índios e mestiços permaneceram com casas de barro cobertas por palha (Op. Cit.).

A aérea urbana e o número de casas se expandiram à medida que aumentava o número de habitantes. De acordo com a autora, em 1884, o Governo Provincial determinava “[...] a verba de 18:300\$000 réis para a Câmara Municipal fixar as despesas das obras públicas da cidade, na perspectiva de viabilizar uma proposta urbanística capaz de modificar a sua forma e estrutura” (SANTOS, 2016, p. 87). Iniciava-se uma série de mudanças na infraestrutura de Tefé e na funcionalidade do centro da cidade, que passou a exercer a maior parte das funções urbanas, fato que permanece até a atualidade, ainda que comece a se apresentar uma descentralização das funções e serviços dirigindo-se para outras áreas do espaço urbano. Ainda no período de 1884 foram realizadas outras alterações no espaço da cidade com vistas a modificar a estrutura da mesma, garantindo a infraestrutura mínima para a cidade.

Dentro desse contexto, foi realizada a limpeza e melhoria dos espaços públicos com a instalação de iluminação pública, reformas e construção de novas formas dentro do espaço urbano, como o Cemitério Catedral da Saudade, inaugurado em 1893, e a capela de Bom Jesus, construída por Cel. Hermelindo Contreiras, concluída em 1907 e que funcionou como igreja paroquial até 1935, sendo o prédio doado posteriormente para a Marinha do Brasil em 1989 (GRUYTERS, 2010; SANTOS, 2016).

Dessa forma, observa-se que a atual cidade de Tefé, teve em sua trajetória histórica a participação de diferentes grupos sociais que imprimiram na produção do espaço seus diferentes interesses. Sendo em seus primórdios habitada por povos indígenas, a região recebeu, ao longo do tempo, grande atuação de missionários europeus que além de difundir a religião católica, contribuíram também para a expansão do “ideal civilizatório” europeu pela região amazônica.

Tal ideal subalternizou as culturas indígenas existentes, escravizou povos e transformou a paisagem, imprimindo na mesma as novas formas que pretendiam trazer para a região os padrões europeus de ocupação do espaço e construção de moradias. Nesse contexto, a urbanidade se apresentava como um elemento da civilidade; a construção e organização de vilas, algumas das quais se tornariam cidades posteriormente, são expressões dos interesses políticos, econômicos e militares ligados ao projeto colonial de ocupação da região amazônica. As vilas foram constituídas com base a mostrar os dois principais poderes presentes no processo de colonização e consolidação do ideal civilizatório que se pretendia: o Estado e a Igreja que, unidos em determinados momentos e conflitantes em outros, foram cruciais no que diz respeito às mudanças nas formas de organização social pré-existentes na região e à produção do espaço das cidades da Amazônia.

A trajetória histórica da cidade de Tefé se reflete atualmente no modo de vida, no espaço e na cultura da população, mesclando características da cultura introduzida pelo europeu e da cultura dos povos indígenas que habitavam a região. Assim, nas expressões culturais da população de Tefé, podemos encontrar elementos que fazem alusão aos processos históricos como a colonização e também elementos que remetem à ancestralidade indígena sob a qual se constituiu a cidade.

A atual cidade de Tefé teve em sua trajetória histórica a participação de diferentes grupos que imprimiram na produção do espaço seus diferentes interesses. A região recebeu, ao longo do tempo, grande atuação de missionários portugueses que difundiram a religião católica pela região e construíram várias edificações que são expressões dessa atuação. Nesse sentido, a cidade possui construções que são consideradas de valor histórico e social para a população e estão atrelados às suas memórias e identidade. Através das narrativas de moradores podemos destacar no cenário patrimonial: Seminário São José, Igreja Matriz de Santa Tereza, Prédio da Rádio Educação Rural, Missão dos Espiritanos, Catedral da Saudade, prédio da Capitania dos

Portos, Palácio Bertholletia Excelsa e o conjunto edificado do Mercado Municipal. Além das construções, os vestígios arqueológicos também são identificados por moradores como patrimônio e apontados como herança dos povos indígenas, figurando para eles uma comprovação de sua ancestralidade indígena, como afirma a moradora R. L.: “faz parte da história né, faz parte da nossa história”.

As entrevistas realizadas mostraram que os vestígios arqueológicos são de maior conhecimento da população mais antiga de Tefé, visto que as modificações no espaço da cidade tornaram difícil que atualmente sejam encontrados com facilidade no terreno das casas, algo que acontecia com frequência há décadas atrás, segundo narram moradores antigos de Tefé. Dessa forma, a população mais antiga tem maior reconhecimento desses materiais e os associa a sua ancestralidade do que a população mais jovem da cidade.

As construções e vestígios arqueológicos são identificados, no caso de Tefé, não só pelo seu caráter de antiguidade, mas também pela sua importância social, ou seja, algumas construções são apontadas como patrimônio pelo papel social que desenvolveram ou ainda desenvolvem na cidade. Exemplo disso é o prédio antigo onde funciona a Rádio Rural de Tefé, que para os sujeitos possuiu por muito tempo um importante papel, relacionado principalmente à educação, como afirma o morador A. P.:

[...] a Rádio Educação Rural de Tefé é um grande ícone da educação dentro do município, porque dentro dela mesmo, não só da parte da estrutura física, mas de tudo que ela representa, por exemplo, quando ela começou com o Movimento de Educação de Base, que era o MEB... funcionava como uma espécie de EMATER, SEBRAE, trabalhavam em parceria com a prefeitura, eles conseguiram fazer coisas enormemente assim, grandiosas também na cidade de Tefé. É na educação, no trabalho, enfim, um bocado de coisas [...].

Em sua fala, A. P. refere-se à atuação da Rádio Rural em relação à educação dos moradores do município através do Movimento de Educação de Base (MEB), órgão vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e que realiza ações de educação popular principalmente no Norte e Nordeste do país. Em Tefé, a história da Rádio Rural começou com sua implantação, realizada pelo MEB em conjunto com entidades eclesiais da Igreja, em meados de 1962, mas o prédio em que funciona atualmente só foi inaugurado em 1966, passando a ter importância não somente física como também simbólica e se tornando um dos pontos turísticos da cidade.

Nota-se na fala do morador, que a importância da Rádio para o mesmo em relação a história da cidade, está além da estrutura física, da dimensão material, mas carrega uma importância também imaterial. Knack (2007) afirma, a respeito das produções culturais materiais, que “A cultura não é apenas o objeto produzido, mas o significado atribuído a ele pela sociedade [...]” (KNACK, 2007, p. 15). Nesse sentido, as pessoas mantêm ou transformam o objeto da cultura de acordo com a significância que este possui para elas no tempo, no espaço e nas suas memórias.

Contudo, existem na cidade construções que não detêm a mesma visibilidade que aquelas referentes à atuação da Igreja, e encontram-se em estado de agravante deterioração. A visibilidade de algumas construções, em relação a outras, pode dar-se justamente pela importância que as instituições ou eventos que elas representam ganharam ao longo do tempo dentro do município. Assim, aquelas que não representaram nenhuma instituição ou episódio em específico, são vítimas do descaso e abandono e estão em estado de

vulnerabilidade, entregues à ação do tempo, tornando-se esquecidas pela população, não sendo entendidas como patrimônio da cidade e nem sendo contempladas pelas políticas culturais e de turismo.

O patrimônio é apropriado por meio do discurso da preservação, que está muito presente nas narrativas dos moradores. Tal narrativa responsabiliza o poder público pela deterioração dos bens culturais e pela falta de incentivo à valorização e à preservação. Assim, a falta de atenção ao patrimônio cultural tem levado à degradação desses bens e até sua destruição, como mostra o caso mais emblemático da cidade, isto é, a demolição de um antigo prédio, com valor histórico e social, onde funcionava a Academia de Letras, Ciências e Artes de Tefé (ALCAT) que fornecia cursos gratuitos para a população de baixa renda. Este prédio foi demolido para edificação de uma estrutura moderna que abriga atualmente um hotel e uma galeria com lojas e escritórios, com vistas a atender demandas econômicas, evidenciando o que discute Souza e Bastos (2011), quando afirmam que as novas demandas surgidas no espaço da cidade acabam alterando a paisagem urbana e as formas que dela fazem parte.

A área onde ficava a antiga construção, substituída por um prédio moderno, está localizada no contexto urbano central da cidade, num espaço privilegiado com vista para o Lago Tefé e nas adjacências de uma outra construção patrimonial que é o Seminário São José. Assim, a demolição da antiga edificação, visando construir um prédio “moderno” usado para fins comerciais, implicou na perda de um conjunto de simbolismo marcante existente no local.

Ao longo do tempo o município tem passado por intensas transformações na sua paisagem, apresentando problemas decorrentes da ocupação desordenada do espaço como, por exemplo, ausência de políticas sustentáveis para o desenvolvimento da cidade e consequentemente ausência de políticas em relação aos bens culturais. Nesse sentido, o crescimento e a modernização do espaço urbano em Tefé, não levando em conta as especificidades locais, tem figurado uma das causas da destruição do patrimônio cultural. Não se tem desenvolvido políticas de valorização e preservação do patrimônio pelo poder público local, e o turismo se desenvolve de forma que as construções históricas limitam-se a objetos de consumo do mercado.

A ausência de políticas públicas voltadas para o patrimônio, tem influenciado na gradativa desvalorização e desconhecimento da história contada através dos vestígios materiais, principalmente pela população mais jovem de Tefé. Moradores afirmam que parte das primeiras construções da cidade, hoje já não existem devido à falta de investimento na preservação dessas edificações que eram parte da memória histórica de Tefé

[...] eu acho que deveria investir mais, porque...é, eu fiquei assim [...], eu fiquei muito triste, pelo fato (...pensando), eu lembro da nossa cidade quando ela iniciou que era assim, aquelas casas antigas, quase todas iguais né, era tipo um conjuntinho de casas, essas eram as primeiras casas da cidade, e, assim, eram diferentes, mas eram bem feitinhas, de barro. Então assim, se fosse... se elas tivessem sido preservadas.... nossa senhora! Tinha sido... eram muito lindas, então eu fico muito triste de passar e ver que não existe mais..., a gente não vê mais nenhuma casa assim [...] (R. L.).

A fala de R. L. mostra o anseio pela preservação da história antiga de Tefé refletida nas construções antigas. Com tom saudoso, moradores narram as formas antigas de Tefé e como estas já não existem mais, pois deram lugar a novas formas que foram surgindo e ocupando o espaço urbano, dando uma imagem moderna para a cidade.

O termo patrimônio cultural é geralmente associado pelos sujeitos às construções mais antigas ainda encontradas no centro da cidade, desconsiderando outras formas de patrimônio material, como por exemplo os vestígios arqueológicos, muitas vezes por desconhecerem a existência dos mesmos na cidade. O descaso do poder público ao longo do tempo, levou à perda desses materiais, sendo difícil encontrá-los facilmente na área urbana da cidade, a não ser em casos de obras em terrenos, onde a escavação do solo torna visível esses vestígios da presença humana pretérita.

O intenso processo de modernização do espaço, pelo qual a cidade de Tefé vem passando ao longo dos últimos anos, tem acarretado também em conflitos entre o antigo e o novo, que se manifestam através de discursos e ações relacionados ao patrimônio, especialmente às construções e edificações históricas. Nesse sentido, pode haver um esforço para a manutenção do patrimônio, utilizando-se por exemplo, de discursos como o de preservação dos objetos antigos como afirmam Fernando (2018) e Knack (2007), ou movimentos em prol da destruição do que se considera velho, ultrapassado e desatualizado. Assim, os conflitos entre o novo e o antigo envolvem identificações, significados, interesses e relações entre os sujeitos e os objetos e que se exteriorizam em ações diretas ou indiretas sobre os mesmos.

Os interesses que circundam os espaços e as formas que o compõem contribuem para delimitar o uso dos mesmos, isto é, tem importante papel na definição dos fins de uso e o público que se beneficiará destes. Deste modo, os interesses pelo uso dos espaços e do patrimônio estão constantemente influenciando as escolhas dos locais que devem ser preservados, modificados e os que devem dar lugar a novas formas. Em Tefé, os interesses por uso dos espaços têm sido majoritariamente econômicos e comerciais, especialmente em relação ao centro da cidade, e, nesse contexto, as formas que não fornecem retorno financeiro para a cidade, se tornam sujeitas à ceder o espaço que ocupam para o atendimento das demandas econômicas, como foi o caso da ALCAT.

Os novos projetos e novas formas pensadas e planejadas para a cidade fazem parte do processo de modernização urbana. Esse processo tem como objetivo renovar as feições da cidade e criar novos atrativos e, para isso, são utilizados diversos meios para atingir tal finalidade; um desses meios geralmente é a destruição de antigas formas para a reconstrução de acordo com novos padrões. Nesse sentido, o processo de modernização urbana possibilita a renovação da cidade, mas ao mesmo tempo exclui aquilo que não se deseja ter no novo cenário planejado, e isto inclui não somente objetos e construções, mas também segmentos sociais.

Em Tefé, por exemplo, a renovação do centro da cidade não só descaracterizou um conjunto simbólico existente no local, como desalojou grupos sociais que se utilizavam do espaço para diversos fins, deslocando-os para as periferias da cidade. Assim, a renovação do centro favoreceu o setor turístico geral, mas em contrapartida descaracterizou construções antigas, conjuntos simbólicos e excluiu segmentos sociais que não eram desejados no novo cenário.

Assim, os ideais se refletem no espaço urbano da cidade e, dentro do contexto de modernização urbanística, acarretam na mudança estrutural da paisagem, alterando antigas formas para atender novas demandas, que podem ser de ordem econômica, social, política e cultural. Nesse sentido, antigas formas, especialmente aquelas que refletem o passado histórico, podem ser alvo de ações visando a construção de uma nova imagem de cidade. Dessa forma, casas antigas, construções históricas e objetos que representam a memória antiga da cidade podem vir a sofrer alterações em suas formas originais ou até serem destruídos em prol do ideal de modernização.

Além disso, as mudanças estruturais das formas, sejam elas ruas, praças, construções antigas e históricas podem acontecer em decorrência do processo de envelhecimento que pode ser físico ou social, e é este envelhecimento que pode abrir caminhos para a alteração das antigas formas, seja apenas em seu uso, seja na própria estrutura física ou até alterações em ambas. De acordo com Santos (1988, s. p.) “As formas envelhecem por inadequação física, quando, por exemplo, ocorre desgaste dos materiais, já o envelhecimento social corresponde ao desuso ou desvalorização, pela preferência social a outras formas”.

Nesse sentido, praças, prédios antigos, monumentos históricos, entre outros, podem ser alvo de alterações em seus usos ou em suas estruturas físicas, dando lugar a novas formas que buscam atender determinadas demandas. No espaço da cidade, que comporta relações e interesses diversos, o patrimônio, por exemplo - a história contada através de construções antigas, monumentos e outras obras de natureza material que remetem à ancestralidade, memórias, vivências e experiências sociais -, é uma das formas em que constantemente circulam interesses e especulações sobre seu uso e sobre uso do espaço que ocupam dentro da cidade.

Diversas construções antigas, por exemplo, sofrem tanto do envelhecimento físico quanto do envelhecimento social. Muitas estão em péssimo estado de conservação e caem no desuso e conseqüentemente são alvo de desvalorização. Assim, acabam por se tornar formas que, na lógica capitalista, não contribuem para o desenvolvimento econômico e nem social da cidade, gerando uma especulação sobre sua utilidade e a possibilidade de que uma nova forma surja em seu lugar. Em Tefé, observa-se tanto o envelhecimento físico quanto social das formas. Construções antigas e monumentos como o Seminário São José, tem apresentado desgaste em suas estruturas devido à ação do tempo e poucas tentativas para sanar essa questão foram realizadas. Outras construções apresentam um processo de envelhecimento social pois estão desvalorizadas e preteridas em relação às novas formas que surgem no espaço da cidade.

Dessa forma, no contexto dinâmico das cidades, composto por diferentes formas de produção e reprodução do espaço urbano, as estruturas que representam o patrimônio da cidade estão sujeitas a múltiplos interesses que constantemente entram em conflito, especialmente quando se discute modernização do espaço urbano. Tais interesses e demandas podem levar a destruição das antigas formas, o que levanta a preocupação pela preservação das mesmas.

No município de Tefé, as novas formas que surgem parecem estar em tensão com as formas antigas e a invisibilidade de ações do poder público para o trato com o patrimônio, levou moradores da cidade a acreditar que este não tem desenvolvido nenhuma ação de valorização e de preservação das antigas formas consideradas por parte dos habitantes como patrimônio da cidade, associando à isso o fato de esses bens estarem em condições de deterioração.

Os nossos interlocutores afirmam desconhecer a atuação do poder público no sentido de preservar o patrimônio do município. Outros, enfatizam que somente a Igreja tem feito algo para preservar as antigas construções a ela relacionadas, sem nenhuma parceria com Secretarias, seja de cultura ou turismo de Tefé. Em relação ao turismo, ainda que este seja um interesse do poder público das cidades, muitas vezes os bens culturais não recebem o financiamento necessário para sua manutenção e preservação. O restauro e demais ações para conservação e preservação, como mostra o caso de Tefé, muitas vezes ficam a cargo de outros órgãos que não o poder público, como a própria Igreja, visto que parte dos patrimônios estão ligados à sua atuação na cidade.

O interesse dos agentes sociais em preservar o patrimônio cultural, acaba entrando em conflito com outros interesses, seja político, ideológico ou econômico. Nesse sentido, apesar do desejo de preservação dos vestígios materiais do passado, o que acontece é um descaso por parte dos agentes públicos locais. Não se observa nenhuma intenção e/ou interesse de conhecer a parte histórica refletida nas construções ou materiais arqueológicos, nenhum trabalho de educação patrimonial que busque a valorização dos bens culturais, ou mesmo uma política de incentivo a um modelo de turismo que integre os moradores e suas percepções sobre os bens culturais e que possa contribuir para o desenvolvimento econômico da cidade de forma sustentável.

Dessa forma, partimos da premissa que a compreensão do patrimônio a partir das percepções dos próprios moradores é o primeiro passo para se pensar e instituir estratégias de ação que busquem a valorização e preservação patrimonial e o desenvolvimento de práticas de turismo aliadas aos entendimentos locais. Melo e Cardozo, (2015) apontam para a necessidade do desenvolvimento de ações que visem o melhor aproveitamento do patrimônio, unindo a educação patrimonial nas práticas de turismo, tendo em mente o patrimônio como herança que faz parte da formação humana e que possui valor que vai além da questão econômica.

Assim, é preciso pensar o patrimônio para além de objeto de exploração econômica, isto é, é necessário que se pense o patrimônio como um conjunto de bens culturais que carregam significados e mensagens para aqueles que com eles se identificam e neles reconhecem memórias e histórias. Não só objetos de contemplação, os bens culturais carregam mensagens que podem trazer conhecimentos à sociedade sobre sua própria constituição e sua trajetória histórica, podendo ser utilizado também como meio educacional e não somente para um turismo de contemplação.

CONSIDERAÇÕES

Os dados coletados permitiram identificar que as alterações no espaço urbano da cidade de Tefé, decorrentes do processo de modernização pelo qual a mesma tem passado, em conjunto com a falta de atenção aos objetos culturais, tem tido reflexo direto sobre a preservação dos bens culturais e sobre as relações para com os mesmos.

As constantes transformações no espaço têm criado uma especulação sobre o uso do patrimônio e do espaço que ocupam dentro da cidade, visto que surgem novas demandas, ligadas especialmente ao setor econômico e que carecem de medidas que possam saná-las. O caso da antiga construção onde funcionava a Academia de Letras, Ciências e Artes de Tefé (ALCAT) é um exemplo dessa configuração, pois acabou sendo demolida para a construção de um prédio comercial, visto que na lógica capitalista a ALCAT não fornecia retorno econômico para a cidade.

Dessa forma, podemos observar que pensar o patrimônio material e sua relação com a cidade é um desafio que se mostra cada vez mais imperioso e que deve ser encarado com o entendimento de que os contextos não são homogêneos, mas possuem suas especificidades. Os interesses e conflitos relacionados à questão urbana e patrimonial variam de acordo com a região que se investiga e com a trajetória histórico e social da mesma, que acarreta em relações diferenciadas de uso dos espaços e do patrimônio cultural material. Em Tefé, por exemplo, é o setor econômico que tem tido maior influência nas questões relacionadas a

uso dos espaços e das formas presentes no mesmo, tornando o patrimônio cultural sujeito à racionalidade econômica, enquanto os interesses relacionados à memória e identidade cultural tem sido obliterados.

Nesse sentido, o estudo da relação entre a cidade e patrimônio torna-se importante não só para pensar a própria sociedade - visto que o olhar que a mesma tem sobre o patrimônio figura um olhar que esta possui de si própria -, como também para orientar as discussões e possibilitar caminhos para uma ação que pense não somente a preservação dos bens culturais, mas também o desenvolvimento sustentável das cidades.

Dessa forma, compreender o patrimônio a partir das percepções dos próprios moradores é o primeiro passo para se pensar estratégias de ação que busquem a valorização e preservação patrimonial. Aliado a isso, o estudo da cidade e de sua relação com o patrimônio é um importante caminho para entender a questão da modernização, preservação e os interesses que caracterizam os conflitos existentes quando se trata da questão cultural. Tais estudos podem subsidiar políticas de valorização e fruição efetivas desse patrimônio e estratégias para o desenvolvimento de um turismo sustentável levando em consideração as especificidades de cada local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, R. L.; SOUZA, M. C. de. Introdução. In: BASTOS, R. L.; SOUZA, M. C. de. (Org.). *Patrimônio cultural arqueológico: diálogos, reflexões e práticas*. São Paulo, SP: Superintendência do Iphan em São Paulo, 2011.

BERTAGNOLLI, G. B. L. Processos de construção de identidades regionais: cultura imaterial, identidade e desenvolvimento. *Perspectiva*, Erechim. v. 39, n.148, p. 47-54, 2015.

CORREA, et al. Gestão para Conservação e Manutenção dos Patrimônios Culturais na comunidade da Missão em Tefé/Am. *Revista de Educação, Ciência e Tecnologia do IFAM*. Vol.10-Nº2–dezembro, 2016.

FERNANDO, V. L. *Cultura material e identidade cultural: ou como os tefeenses percebem o patrimônio histórico e arqueológico*. 2018, 57f. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2018.

FIGUEIREDO, S. L.; PEREIRA, E. Turismo e arqueologia na Amazônia – Brasil: aspectos de preservação e planejamento. In: IV SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 2017, Belém, *Anais do IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo*. Belém: ANPTUR, 2007.

FUNARI, P. P. A.; PELEGRINI, S. de C. A. *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2009.

GRUYTERS, A. H. M. *Cronologia*. Cartilha da Prelazia de Tefé. Tefé, 2010.

KNACK, E. R. J. *Modernização do Espaço Urbano e Patrimônio Histórico: Passo Fundo, RS*. 2007, 124f. Dissertação de mestrado (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2007.

MELO, A. de; CARDOZO, P. F. Patrimônio, Turismo Cultural e Educação Patrimonial. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 36, nº. 133, p. 1059-1075, out.-dez., 2015.

QUEIROZ, K. O. de. *A formação histórica do território tefeense*. 1.ed. Curitiba: CRV, 2014.

ROCHA, T. S. F. Refletindo sobre memória, identidade e patrimônio: as contribuições do programa de Educação Patrimonial do MAEA-UFJF. In: XVIII Encontro Regional da ANPUH-MG, 2012, Minas Gerais, *Anais do XVIII Encontro Regional da ANPUH-MG*. Ouro Preto, 2013.

SANTOS, S. P. dos. *Tempo e espaço na Amazônia Colonial: da Vila de Ega a cidade de Tefé século XVIII e XIX*. 2016, 113f. Dissertação de mestrado (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2016.

SILVEIRA, F. L. A. D.; BEZERRA, M. Educação Patrimonial: perspectivas e dilemas. In: ECKERT, C.; FILHO, M. L.; BELTRÃO, J. M. F. (Org.) *Antropologia e Patrimônio Cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. Florianópolis: Nova Letra, ABA, Fundação Ford, 2007.

SPIX, J. B. von; MARTIUS, K. F. P. von. *Viagem pelo Brasil*. 2ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2019.